

*Artigo

TRE-MT: 85 anos de grandes desafios

Criado em 24 de fevereiro de 1932, por intermédio do Decreto nº 21.076, mas somente instalado em 11 de novembro do mesmo ano, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso completa nesta data 85 anos de história.

Foram 85 anos de grandes desafios na disponibilização de instrumentos aos eleitores mato-grossenses, com especial destaque para a realização periódica de eleições livres, participativas e competitivas, além da busca incessante da “verdade eleitoral”.

Ao longo da história do Brasil, o direito de votar e de ser votado foi garantido e proibido, ampliado e restringido, além de ter sido instrumento de exercício da cidadania e meio de coerção de classes sociais dominantes sobre camadas menos favorecidas da população.

Data de 1532 a primeira eleição organizada em terras brasileiras, realizada na sede da capitania de São Vicente (Estado de São Paulo). Já a primeira eleição em terras mato-grossenses ocorreu em 8 de abril de 1719, quando da fundação do Arraial de Bom Jesus de Cuiabá.

As eleições nos primórdios do Brasil sempre foram conduzidas pelos governantes e a relação entre Estado e religião era tamanha até fins do Império, que algumas eleições vieram a ser realizadas dentro das igrejas.

E, durante algum tempo foi condição, para ser eleito, a profissão da fé católica. Essa ligação entre política e religião somente cessou com a vigência da Constituição de 1891, que determinou a separação entre a Igreja e o Estado.

Além disso, o voto censitário adotado durante todo o período imperial permitia que somente 1,5% da população brasileira tivesse capacidade eleitoral.

Na primeira eleição direta para presidente da República, em 1894, Prudente de Moraes chegou ao poder com cerca de 270 mil votos que representavam quase 2% da população brasileira à época.

Em 1916, o presidente Wenceslau Brás, preocupado com a seriedade do processo eleitoral, sancionou a Lei 3.139, que entregou ao Poder Judiciário o preparo do alistamento eleitoral, e em Mato Grosso as eleições passaram a ser confiadas ao Tribunal de Apelação (atual Tribunal de Justiça).

Por confiar ao Judiciário o papel de principal executor das leis eleitorais, muitos percebem nessa atitude o ponto de partida para a criação da Justiça Eleitoral, que só viria a acontecer em 1932.

A instituição da Justiça Eleitoral no Brasil foi consequência do movimento revolucionário de 1930, que tinha como uma das principais bandeiras a moralização das eleições no país, já resabiado com as fraudes e violências em matéria eleitoral que marcaram toda a República Velha.

Em Mato Grosso, a instalação do TRE ocorreu em 11 de novembro de 1932, no edifício da Assembleia Legislativa, localizado no cruzamento das ruas Pedro Celestino e Campo Grande.

O primeiro desafio dessa inaugural gestão foi a realização da primeira eleição totalmente administrada pela Justiça Eleitoral para a escolha dos representantes do povo em Assembleia Nacional Constituinte, realizada no dia 3 de maio de 1933.

Mas, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anuncia a “nova ordem” do País, endurecendo o regime ditatorial no Brasil.

O Senado, a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e as câmaras municipais foram dissolvidos; os partidos políticos abolidos e as eleições diretas suspensas. Foi estabelecida a eleição indireta para presidente da República e, como consequência, foi extinta a Justiça Eleitoral.

Em 1945, veio a redemocratização do país, quando os ministros militares destituem Getúlio Vargas e passam o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

Surge então a urgente necessidade de realização de eleições para presidente, senadores e deputados federais, representantes do povo na Constituinte.

Assim, por meio do Decreto-Lei nº 7.586/1945, é recriada a Justiça Eleitoral e regulamentada toda a matéria eleitoral. O TRE de Mato Grosso foi reinstalado em 6 de junho de 1945, vindo a funcionar de forma ininterrupta até os dias atuais.

Atualmente, o TRE de Mato Grosso tem seu funcionamento garantido pelo art. 120 da Constituição de 1988, com muitos novos desafios, com especial destaque para a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), do cadastramento biométrico de todos os eleitores mato-grossenses, pela criação de instrumentos que permitam a iniciativa popular no processo legislativo, no combate à corrupção eleitoral, na garantia do acesso à Justiça Eleitoral e na redução nos custos de funcionamento.

MÁRCIO VIDAL é desembargador e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

*Curtas

Liquida Centro CDL movimentava vendas no comércio

Quem passou pelo comércio de Tangará da Serra nos últimos dias pôde aproveitar os grandes descontos da campanha Liquida Centro CDL, promovida pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). A campanha iniciou na última quarta-feira, dia 08, encerrando no sábado, 11, oportunidade em que o comércio ficou aberto até às 18h. Para o presidente da CDL, Alessandro Rodrigues, a campanha superou mais uma vez as expectativas. “Os consumidores além de levar o produto mais barato, desfrutou da qualidade. A campanha veio para facilitar essa compra e aquecer o comércio”, ressaltou, destacando que as vendas aumentaram em cerca de 10% no comércio tangaraense. Neste ano, ainda de acordo com o presidente da CDL Tangará, mais de 100 estabelecimentos comerciais, em todos os setores, participaram da campanha, aumentando as opções de compra aos consumidores. “Essa é uma campanha esperada tanto pelos nossos associados, quanto pelo consumidor final (...) que teve a oportunidade de adquirir o produtos dos nossos associados que aderiram a campanha, com descontos de até 70%. O Liquida Centro CDL é a oportunidade de comprar, economizando”, concluiu.



Jornada

A Unic de Tangará da Serra inicia nesta segunda-feira, 13, I Jornada Integrada Acadêmica. Nela, alunos dos cursos de Engenharia de Produção, Engenharia Civil, engenharia Mecânica, Ciências Contábeis, Administração, Agronegócio e Tecnologia de Desenvolvimento de Software apresentarão trabalho com o tema “Inovação, Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade”.

Armas

O Exército Brasileiro destruiu um lote com 349 armas e 865 munições apreendidas em oito regiões de Mato Grosso. Segundo o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), as armas são provenientes de processos judiciais, a grande maioria foi apreendida em crimes como roubos, furtos, homicídios e porte ilegal.

Trabalho infantil

Mais de 1.100 casos de trabalho infantil foram detectados em Mato Grosso neste ano segundo a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas). O número pode ser maior, isso porque, a exploração da mão-de-obra infantil muitas vezes é naturalizada ou invisível. A grande dificuldade em monitorar os casos estaria na dimensão territorial.

Judicializou

A Aprosoja ingressou na Justiça Federal com uma ação de nulidade da patente de Soja Intacta da Monsanto por entender que o registro não cumpre os requisitos legais previstos na Lei de Propriedade Industrial. A associação entende que a patente deve ser revista pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e declarada nula pelo Poder Judiciário.

*Bastidores da Política

Decisão

Os prefeitos decidiram na Associação Mato-grossense dos Municípios, que vão esperar até o próximo dia 30 de novembro, para que o governo do estado faça os repasses constitucionais do ICMS, Fethab e Transporte Escolar, conforme o compromisso feito pelo secretário Chefe da Casa Civil, Max Russi, durante a reunião.

Afastamento

Os prefeitos decidiram não entrar com o pedido de afastamento de Taques junto a Assembleia Legislativa. A maioria preferiu esperar até o final deste mês para que o governo repasse os recursos atrasados. Com relação a área de Saúde, o débito é bem maior. Os prefeitos também vão aguardar os repasses prometidos e esperam que não haja atrasos.

E mais...

Os gestores alegam que, com a PEC dos gastos aprovada pela AL, o governo estadual terá mais dinheiro em caixa a partir do janeiro para quitar os débitos da saúde e não atrasar mais os repasses. Conforme Neurilan Fraga que conduziu a assembleia dos prefeitos, nem ele e nem os prefeitos querem tomar medida extrema, de pedir o afastamento do governador.

Emanuel

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (PMDB), afirmou que chegou a um acordo com o governador Pedro Taques (PSDB) quanto à destinação da emenda de R\$ 82 milhões para a conclusão do Novo Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá. Inicialmente, a previsão era para que o recurso fosse destinado para o Município.

Acordo

Com o acordo, ficou definido que o montante será encaminhado em sua totalidade ao Executivo Estadual e, de pronto, serão repassados R\$ 30 milhões ou R\$ 35 milhões à Prefeitura – ainda a ser definido pelo governador. O valor remanescente será firmado em um convênio entre o Governo e a Prefeitura e os valores serão definidos de forma fracionada, conforme um cronograma físico-financeiro.

DEM

O secretário de Assuntos Estratégicos de Várzea Grande e ex-senador, Jayme Campos, afirma que o DEM está de braços abertos, caso o governador Pedro Taques decida deixar o PSDB. “Imagino que várias siglas iriam convidá-lo, se ele deixasse o PSDB, óbvio que receberíamos de braços abertos”, explica o democrata.

.....

A possível saída do nicho tucano surgiu após o governador e o deputado federal Nilson Leitão se estranharem. Leitão nunca escondeu o desejo de disputar ao Senado na eleição do ano que vem. Entretanto, Taques acredita que a medida dificulta a adesão de siglas, pois o PSDB ocuparia os cargos majoritários.

Possibilidades

Para Jayme, na política tudo é possível e essa composição deve ser discutida internamente pelos líderes tucanos. “Evidente que são entendimentos que você precisa fazer nas convenções partidárias. Na política tudo é possível, ninguém pode fazer um cenário sem as possibilidades. Os dois são bons candidatos e a decisão é partidária”, sustenta.

Câmara realiza hoje audiência extraordinário para votar RGA

O Executivo Municipal de Tangará da Serra encaminhou à Câmara de Vereadores no início da última semana o projeto da Reposição Geral Anual (RGA), que será analisado hoje durante sessão extraordinária pelos parlamentares. . Além da proposta de RGA, também foram encaminhados à Casa de Leis outros projetos que preveem algumas reformas no estatuto dos servidores públicos. De acordo com o presidente da Câmara Municipal, Hélio da Nazaré (PSD), a extraordinária é necessária para que todas as propostas sejam apreciadas com o devido cuidado. “São projetos muitíssimo importantes para a população que devem ser analisados com muita tranquilidade, então surgiu a necessidade de convocarmos essa extraordinária”, explicou o parlamentar.

O prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB), explicou que a proposta totaliza a reposição de 6,28% dividida em duas parcelas. “Será uma de 4,08% de RGA, e mais um reajuste de 2,12%. Não é retroativo a maio, e sim a partir de 1º de novembro. Nós diminuimos a economia que queríamos fazer, mas o retroativo não será desde maio”, relatou o chefe do Executivo. A sessão iniciará às 14 horas.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Belém do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapucaia.

Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Thiago L. Machado

Vivória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br